

Guaimbê Solar Holding S.A.

CNPJ 30.757.186/0001-99

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	41	46	5.119	5.768	Fornecedores	11	420	31	33.197	33.341
Investimentos de curto prazo	4	908	5.324	347.864	421.989	Debêntures	12	-	-	39.152	39.908
Contas a receber de clientes	5	-	-	39.923	80.351	Imposto de renda e contribuição social a pagar		19	-	4.396	2.717
Tributos e contribuições sociais compensáveis		420	12	2.541	1.086	Tributos a pagar		940	636	1.562	1.798
Estoques		-	-	10.373	8.459	Dividendos a pagar	22	2	-	940	636
Conta de ressarcimento	13	-	-	3.005	402	Conta de ressarcimento	13	-	-	117.465	71.733
Variação cambial fornecedores	6	6.667	4.666	-	-	Passivo de arrendamento	14	-	-	474	379
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	27.104	-	Encargos setoriais		-	-	147	137
Outros créditos	6	414	-	3.666	271	Contas a pagar a partes relacionadas	22	-	-	-	854.409
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		8.450	10.048	439.595	518.326	Outras obrigações	15	-	-	384	1.491
ATIVO NÃO CIRCULANTE						TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.381	668	197.717	1.006.549
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	7.643	2.451	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Conta de ressarcimento	13	-	-	2.691	3.956	Tributos e contribuições sociais diferidos		2.267	1.586	-	-
Investimentos em controladas	7	1.967.571	1.365.285	-	-	Conta de ressarcimento	13	-	-	43.878	26.173
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	58	57.167	Debêntures	12	-	-	66.549	96.003
Outros créditos	6	14	32	3.472	3.653	Passivo de arrendamento	14	-	-	44.799	40.562
Imobilizado, líquido	9	-	-	1.838.803	1.919.766	Provisões para processos judiciais e outros		-	-	182	-
Intangível, líquido	10	79	99	73.817	78.331	Outras obrigações	15	-	-	40.488	41.153
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.967.664	1.365.416	1.926.484	2.065.324	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.267	1.586	195.996	203.891
TOTAL DO ATIVO		1.976.114	1.375.464	2.366.079	2.583.650	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	1.480.680	1.335.609	1.480.680	1.335.609
						Capital social subscrito e integralizado		390.003	-	390.003	-
						Reservas de capital		8.757	3.811	8.757	3.811
						Reserva legal		93.026	33.790	93.026	33.790
						Proposta de distribuição de dividendos adicionais		1.972.466	1.373.210	1.972.466	1.373.210
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.976.114	1.375.464	2.366.079	2.583.650
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	17	-	-	317.247	118.316
Custo de produção e operação de energia	18	-	-	(190.849)	(68.490)
LUCRO BRUTO				49.836	49.836
Gerais e administrativas	19	(618)	(169)	(7.132)	(6.696)
Outras receitas (despesas) operacionais		311	4.659	(569)	3.867
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(307)	4.490	(7.701)	(2.829)
Resultado de equivalência patrimonial	7	96.219	30.465	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(307)	4.490	118.897	47.007
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		4.231	96	26.285	12.893
Despesas financeiras		(2)	(2)	(31.080)	(17.500)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	20	4.229	(2)	(4.795)	(4.607)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		100.143	35.049	114.102	42.400
Imposto de renda e contribuição social corrente		(551)	-	(17.749)	(5.526)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(680)	(1.586)	2.559	(3.411)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	21	(1.231)	(1.586)	(15.190)	(8.937)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		98.912	33.463	98.912	33.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		98.912	33.463	98.912	33.463
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		98.912	33.463	98.912	33.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		661.245	-	2.138	12.663	-	676.046
Efeito da incorporação da Nova Energia		674.364	-	-	-	-	674.364
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.463	33.463
Constituição de reserva legal		-	-	1.673	-	(1.673)	-
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(10.027)	-	(10.027)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(636)	(636)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	31.154	(31.154)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.335.609	-	3.811	33.790	-	1.373.210
Aumento de capital		427.500	-	-	-	-	427.500
Redução de capital		(282.429)	-	-	-	-	(282.429)
Reserva de capital - transações de capital	1.1	-	427.500	-	-	-	427.500
Custos com emissão de ações	1.1	-	(37.497)	-	-	-	(37.497)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	98.912	98.912
Constituição de reserva legal		-	-	4.946	-	(4.946)	-
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(33.790)	-	(33.790)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(940)	(940)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	93.026	(93.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16	1.480.680	390.003	8.757	93.026	-	1.972.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		98.912	33.463	98.912	33.463
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	9 e 10	3.652	3.928	111.026	49.419
Atualização monetária	20	(61)	(61)	(1.518)	633
Juros sobre arrendamentos e aluguéis	14	-	-	4.267	1.967
Variação cambial - fornecedores	6	(2.280)	-	(2.280)	-
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	12	-	-	22.668	10.282
Provisão processos judiciais		-	-	182	-
Tributos diferidos	21	680	1.586	(2.559)	-
Juros sobre cauções e investimento de curto prazo		(2.037)	-	(18.368)	1.490
Baixa de ativo imobilizado	9	-	-	538	3.693
Resultado de equivalência patrimonial	7	(99.871)	(34.393)	-	-
Atividades de investimento:					
Variação dos ativos e passivos operacionais		(1.005)	4.523	212.868	100.947
Aumento (redução) dos ativos:					
Contas a receber de clientes		-	(4)	40.428	2.646
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		(395)	-	969	287
Outros tributos compensáveis		40	-	(1.455)	-
Estoques		-	-	(1.914)	(276)
Outros créditos		(117)	(10)	(934)	209
Conta de ressarcimento - CCEE Ativos		-	-	(1.338)	(1.760)
Tributos e contribuições sociais diferidos - Ativo		-	-	(2.633)	-
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores		389	12	(144)	(5.431)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		968	-	(2.559)	3.192
Tributos a pagar		-	-	19.771	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Conta de ressarcimento - CCEE Passivos		-	-	63.437	(6.100)
Outras obrigações		1	170	(1.772)	289
Encargos setoriais		-	-	10	-
Passivo de arrendamento		-	-	(4.267)	-
Tributos e contribuições sociais diferidos - Passivo		-	-	-	-
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados		-	-	(10.244)	(9.065)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(948)	-	(15.769)	(48)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		2.077	-	13.497	-
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais		1.010	(278)	307.951	121.242
Atividades de investimentos:					
Dividendos recebidos		159.227	12.056	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	20	(99)	(21.266)	(17.229)
Aumento de capital em controladas	7	(715.294)	-	-	-
Redução de capital em controladas	7	50.000	-	-	-
Aplicação em investimentos de curto prazo		(314.134)	(5.506)	(886.667)	(244.800)
Resgates em investimentos de curto prazo		318.518	230	964.694	160.302
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos		(501.663)	6.681	56.761	(101.727)
Atividades de financiamentos:					
Dividendos pagos	16	(34.426)	(10.117)	(34.426)	(10.117)
Pagamento de debênture (principal)	12	-	-	(42.634)	(18.754)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	14	-	-	(489)	(2.001)
Aumento de capital	16	427.500	-	427.500	-
Redução de capital	16	(282.429)	-	(282.429)	-
Emissão de ações preferenciais	16	427.500	-	427.500	-
Custo na emissão de ações preferenciais	16	(37.497)	-	(37.497)	-
Recursos para futuro aumento de capital		-	-	(854.409)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	8	-	-	31.523	13.073
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de financiamentos		500.648	(10.117)	(365.361)	(17.799)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(5)	(3.714)	(649)	1.716
No início do exercício		46	3.760	5.768	4.052
No final do exercício		41	46	5.119	5.768
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		(5)	(3.714)	(649)	1.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê Solar Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, 12495, 12º andar, Brooklin Paulista, São Paulo - SP - CEP 04578-000, foi constituída em 21 de junho de 2018, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A partir de 04 de setembro de 2018 a Companhia passou a ser controlada diretamente pela AES Brasil Operações S.A. ("AES Operações"), sociedade por ações de capital aberto, que tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A construção do complexo teve início em setembro de 2017 e foi encerrada em agosto de 2018.

Complexo Solar Gu

Guaimbê Solar Holding S.A.

CNPJ 30.757.186/0001-99

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)				Preço Médio atualizado		Prazo	
		Compradora	Energia anual contratada MWh			Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.500		236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.644		236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	129.125		236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.609		236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.740		236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.718		236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			669.336						
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	122.098		169,18	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	85.205		167,84	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.611		168,13	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.949		168,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	43.042		170,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.219		168,83	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.651		168,68	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.070		166,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	78.178		166,11	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			910.023						
Total			1.579.359						

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis
O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente. Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias para garantir a segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não aprou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1 Acordo de Investimento com Itaú Unibanco S.A.
Em AGE realizada em 12 de novembro de 2020, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações da Nova Energia pela Guaimbê Holding, mediante a emissão de 674.364.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas no montante de R\$ 674.364. Em 17 de março de 2021, a AES Operações firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela Companhia, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar. Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a AES Operações e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor total de R\$855.000 sendo R\$ 427.500 como aumento de capital social e R\$ 427.500 como reserva de capital, o Itaú se tornou acionista da Companhia. Dessa forma, a AES Operações passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias da Companhia, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária. Após essa operação, o adiamento para futuro aumento de capital (AFAC) entre a controlada direta Nova Energia e a AES Operações, no montante de R\$854.409 efetuado em 24 de abril de 2019, foi rescindido, sem prejuízo para a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações da referida controlada direta. Em janeiro de 2022 foi firmado um novo acordo com Itaú Unibanco, conforme nota explicativa 26.

1.2 Relação de empreendimentos controlados
As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2021	2020
Controladas diretas:				
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia") (i)	Holding	São Paulo, SP	100%	—
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Controladas indiretas:				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	—
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaraporá, BA	100%	—
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	—
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	—
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	—
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	—
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	—
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	—
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	—
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	—
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	—
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	—
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	—
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	—
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	—
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	—

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 30 de junho de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCP 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração
A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Críticos de consolidação dos empreendimentos controlados
Controladas
A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle
Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

(i) arrendamento;
(ii) ressarcimento;
(iii) desmobilização;
(iv) valor justo de instrumentos financeiros; e,
(v) classificação das ações preferenciais como equity.

Provisões para processos judiciais
Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas possuem processos judiciais provisionados no valor de R\$182, em 2020 não haviam processos judiciais provisionados ou divulgados.

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021
A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

• Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas controladas.

• Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidênciação: Reforma da taxa de referência de juros - Fase 2
As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia e suas controladas detêm uma quantidade limitada e material de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Aumento/(redução) de capital social	Amortização do intangível e da mais-valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	164.864	(12.000)	(748)	6.208	—	158.324
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	127.719	(5.000)	(749)	9.288	(4.671)	126.587
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	125.383	(14.000)	(665)	12.175	(9.512)	113.381
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	132.557	(10.000)	(747)	9.676	(7.280)	124.206
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	133.553	(9.000)	(743)	9.729	(6.288)	127.251
Nova Energia Holding S.A.	681.209	715.294	—	52.795	(131.476)	1.317.822
Total	1.365.285	665.294	(3.652)	99.871	(159.227)	1.967.571

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia Vide Nota 1.1	Amortização do intangível e da mais-valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	167.422	—	(805)	(204)	(1.549)	164.864
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	126.193	—	(806)	4.671	(2.339)	127.719
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	119.610	—	(715)	9.512	(3.024)	125.383
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	128.559	—	(803)	7.280	(2.479)	132.557
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	130.728	—	(799)	6.289	(2.665)	133.553
Nova Energia Holding S.A. - Nota 1.1	—	674.364	—	6.845	—	681.209
Total	672.512	674.364	(3.928)	34.393	(12.056)	1.365.285

—☆ continuação

Guaimbê Solar Holding S.A.

CNPJ 30.757.186/0001-99

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2021	2020
Garantias de financiamento (i)	27.104	57.127
Cauções e depósitos vinculados	58	40
Total	27.162	57.167
Circulante	27.104	—
Não circulante	58	57.167
Total	27.162	57.167

(i) O saldo refere-se às Contas Reservas de O&M, que destina-se aos pagamentos das obrigações de contratos de dívida do Complexo Eólico Alto Sertão II no montante de R\$27.104. A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—
Efeito da incorporação da Nova Energia	69.083
Adições (i)	88.511
Atualização monetária	1.157
Baixas e resgates (ii)	(101.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.167
Adições (i)	45.065
Atualização monetária	1.518
Baixas e resgates (ii)	(76.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.162

(i) Refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II.
(ii) Refere-se a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II.

9. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

	Consolidado						
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia	Adições	Provisão desmantelamento	Transferências	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terreno	—	2.503	—	—	—	—	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.797	48.521	—	—	(997)	(277)	72.044
Máquinas e equipamentos	554.254	1.562.058	—	17.039	9.753	(4.557)	2.138.547
Móveis, utensílios e outros	23	—	—	—	—	—	23
Em curso	13	2.692	16.487	—	(8.756)	—	10.436
Direito de uso do terreno arrendado	11.691	27.280	2.625	—	—	—	41.596
Subtotal	590.778	1.643.054	19.112	17.039	—	(4.834)	2.265.149
Depreciação	(43.446)	(255.860)	(43.772)	(637)	—	1.201	(342.514)
Depreciação do direito de uso do terreno arrendado	(534)	(1.785)	(550)	—	—	—	(2.869)
Total	546.798	1.385.409	(25.210)	16.402	—	(3.633)	1.919.766

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

10. INTANGÍVEL

a) A composição do intangível é a seguinte:

	Consolidado				
	2021		2020		
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Direitos contratuais (i)	5,0%	75.871	(12.507)	63.364	67.116
Direito de exploração de autorização (i)	3,0%	9.421	(1.099)	8.322	8.652
Servidão de passagem	—	484	—	484	484
Intangível em curso	—	443	—	443	443
Outros	—	2.014	(810)	1.204	1.636
Total	88.233	(14.416)	73.817	78.331	78.331

(i) Referem-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Complexo Solar Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

b) Movimentação do intangível:

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Direitos contratuais	75.871	—	75.871
Direito de exploração de autorização	9.420	—	9.420
Servidão de passagem	484	—	484
Em serviço	2.015	—	2.015
Em curso	443	—	443
Subtotal	88.233	—	88.233
Amortização	(9.902)	(4.514)	(14.416)
Total	78.331	(4.514)	73.817

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Direitos contratuais	75.871	—	—	—	—	75.871
Direito de exploração de autorização	9.420	—	—	—	—	9.420
Servidão de passagem	484	—	—	—	—	484
Em serviço	—	2	—	—	2.013	2.015
Em curso	443	1.331	742	(60)	(2.013)	443
Subtotal	86.218	1.333	742	(60)	—	88.233
Amortização	(5.442)	—	(4.60)	—	—	(9.902)
Total	80.776	1.333	(3.718)	(60)	—	78.331

11. FORNECEDORES

Os saldos consolidados no montante de R\$33.197 e R\$33.341 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 respectivamente, referem-se principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos de manutenção e de operação dos parques solares e eólicos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Materiais e Serviços	420	31	31.223	31.809
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	168	—
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	—	—	1.806	1.532
Total	420	31	33.197	33.341

12. DEBÊNTURES

12.1 Os saldos de debênture, não conversível está composto da seguinte forma:

	Venci-mento	Taxa Efetiva	Consolidado						Total circulante + não circulante	
			Circulante			Não Circulante				
			Encargos	Principal	Custos de transação	Principal	Custos de transação	Total		
Debênture										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	7,61% a.a.	201	24.846	(375)	24.672	30.098	(1.124)	28.974	53.646
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	7,87% a.a.	182	14.514	(216)	14.480	38.225	(650)	37.575	52.055
Total da dívida			383	39.360	(591)	39.152	68.323	(1.774)	66.549	105.701

12.2 Movimentação da debênture é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—
Efeito da incorporação da Nova Energia	153.448
Encargos financeiros	2.982
Varição monetária	4.127
Pagamento de principal	(18.754)
Pagamento de encargos financeiros	(5.987)
Amortização custos de transação	95
Saldo em 31 de dezembro de 2020	135.911
Encargos financeiros	10.180
Varição monetária	12.332
Pagamento de principal	(42.634)
Pagamento de encargos financeiros	(10.244)
Diferimento custos de transação	(880)
Amortização custos de transação	436
Saldo em 31 de dezembro de 2021	105.701

12.3 Características do contrato de debênture está descrito a seguir:

Com-panhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Venci-mento	Finalidade
Nova Energia	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	68.120	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			69.265		

12.4 Parcelas relativas ao principal da debênture e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2023	27.467	(591)	26.876
2024	25.733	(591)	25.142
2025	15.123	(592)	14.531
Total	68.323	(1.774)	66.549

12.5 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos de debêntures, sendo o ICSD ≥ 1,3x, onde o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") é calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações contratuais.

13. CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2014, LER 2010), celebrados entre a Companhia e a CCEE, e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo: O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2021		2020		
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldo líquido
Terrenos	—	2.503	—	2.503	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	72.931	(12.398)	60.533	62.603
Máquinas e equipamentos	3,6%	2.156.879	(434.707)	1.722.172	1.805.487
Móveis, utensílios e outros	5,7%	23	(10)	13	10
Veículos	—	682	(18)	664	—
Imobilizado em serviço		2.233.018	(447.133)	1.785.885	1.870.603
Imobilizado em curso	—	11.010	—	11.010	10.436
Direito de uso do terreno arrendado (i)	3,2%	46.417	(4.509)	41.908	38.727
Total		2.290.445	(451.642)	1.838.803	1.919.766

(i) A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento (vide nota 14). São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 35 anos, depreciados à taxa de 3,2% a.a.

b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Provisão desmantelamento	Transferências	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terreno	2.503	—	—	—	—	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.044	—	—	887	—	72.931
Máquinas e equipamentos	2.138.547	—	—	19.123	(791)	2.156.879
Móveis, utensílios e outros	23	—	—	—	—	23
Veículos	—	—	—	682	—	682
Em curso	10.436	21.266	—	(20.692)	—	11.010
Direito de uso do terreno arrendado	41.596	4.821	—	—	—	46.417
Subtotal	2.265.149	26.087	—	—	(791)	2.290.445
Depreciação	(342.514)	(103.090)	(1.782)	—	253	(447.133)
Depreciação do direito de uso do terreno arrendado	(2.869)	(1.640)	—	—	—	(4.509)
Total	1.919.766	(78.643)	(1.782)	—	(538)	1.838.803

	Consolidado						
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia	Adições	Provisão desmantelamento	Transferências	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terreno	—	2.503	—	—	—	—	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.797	48.521	—	—	(997)	(277)	72.044
Máquinas e equipamentos	554.254	1.562.058	—	17.039	9.753	(4.557)	2.138.547
Móveis, utensílios e outros	23	—	—	—	—	—	23
Em curso	13	2.692	16.487	—	(8.756)	—	10.436
Direito de uso do terreno arrendado	11.691	27.280	2.625	—	—	—	41.596
Subtotal	590.778	1.643.054	19.112	17.039	—	(4.834)	2.265.149
Depreciação	(43.446)	(255.860)	(43.772)	(637)	—	1.201	(342.514)
Depreciação do direito de uso do terreno arrendado	(534)	(1.785)	(550)	—	—	—	(2.869)
Total	546.798	1.385.409	(25.210)	16.402	—	(3.633)	1.919.766

relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo; ou (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1

A tabela a seguir apresenta os saldos de ress

Guaimbê Solar Holding S.A.

CNPJ 30.757.186/0001-99

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.119
Cauções e depósitos vinculados	27.162
Investimentos de curto prazo	347.864
Debêntures	(105.701)
Total	274.444

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Com base na projeção do dólar do Banco Central para um ano, foram calculadas as variações de 25% e 50% sobre o saldo de variação cambial de fornecedores.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Moeda estrangeira	Risco	Posição em 31.12.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
DÓLAR			3,74%	5,60%	7,47%	9,34%	11,21%
Variação cambial fornecedores	Alta do dólar	6.667	191	287	382	478	574
Impacto no resultado			191	287	382	478	574

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31.12.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,63%	8,44%	11,25%	14,06%	16,88%
Equivalentes de caixa	CDI	5.119	288	432	576	720	864
Investimentos de curto prazo	CDI	347.864	19.585	29.360	39.135	48.910	58.719
Impacto no resultado			19.873	29.792	39.711	49.630	59.583

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,51%	3,77%	5,02%	6,28%	7,53%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(53.646)	(5.531)	(6.259)	(6.980)	(7.708)	(8.429)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(52.055)	(5.506)	(6.214)	(6.916)	(7.623)	(8.325)
Impacto no resultado			(11.037)	(12.473)	(13.896)	(15.331)	(16.754)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acompanha seus covenants. Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto reversivo no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou

outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão - DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabeleceu o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

a. Reconhecimento de restrições energéticas;

b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;

c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off "em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS".

A CCEE publicou dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastró de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a "Penalidade por Insuficiência de Lastró de Energia de Reserva". Nesta condição, o caderno de Regras "Penalidade de Energia de Reserva" foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastró de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastró não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastró de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

24. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

	Consolidado						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	1.275	1.275	1.275	1.275	1.275	24.858	31.233
Manutenção de usinas	78.986	31.381	-	-	-	-	110.367
Encargo de conexão	1.329	1.329	1.329	1.329	1.329	25.911	32.556
Contrato de uso de transmissão (CUST)	17.292	17.292	17.292	17.292	17.292	337.199	423.659
Total	98.882	51.277	19.896	19.896	19.896	387.968	597.815

25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2021	2021
Direitos de uso do terreno arrendado	4.821	2.625
Provisão para desmantelamento	-	17.039
Efeito da incorporação da Nova Energia	-	674.364
Dividendos declarados	33.790	-
Total	38.611	694.028

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acordo de investimento com Itaú (2ª fase)

Em 03 de janeiro de 2022, conforme fato relevante, a AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais emitidas no contexto de um aumento de capital pela Guaimbê Holding e aportou R\$360.000 passando a deter participação de 23,72% de seu capital social.

Ainda, a transação incluiu a contribuição, realizada em 06 de janeiro de 2022, na Companhia, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding, sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos, Miassaba e Rei Dos Ventos, bem como sua participação nas sociedades AGV IV, AGV V e AGV VI, que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste.

Mútuos com as controladas indiretas AGV

Em 06 de janeiro de 2022, foi firmado um contrato de mútuo entre a AES Operações e as controladas indiretas AGV IV, AGV V e AGV VI. A transação envolve o montante de R\$132.921, sobre o qual incidirão juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros acrescida sobretaxa de 1,48%.

DIRETORIA		CONTADOR	
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora Presidente	Carlos Renato Xavier Pompermaier Diretor Vice-Presidente	Rodrigo dos Santos Martins CRC 1SP 289.353/O-0	

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da Guaimbê Solar Holding S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guaimbê Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guaimbê Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de julho de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador - CRC 1SP245014/O-2

